



ESPECIAL

SEGUROS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA GESTÃO DAS EMPRESAS

A volatilidade e incerteza reforçam o papel do seguro de crédito à exportação, cujos principais pilares são a prospeção e acompanhamento da carteira de clientes num cenário expectável de crescimento da economia mundial, que o segurador Crédito y Caución estima vir a ser da ordem dos 5% em 2021. As incógnitas persistem, mas os governos europeus souberam ler os tempos que vivemos lançando, em meados do ano passado, apoios públicos aos seguros de crédito.



ANÁLISE

Linha “Facilidade Exportação Segura 2021” alargou o leque de mercados ● II

ENTREVISTA

Maria Celeste Hagatong

‘Chairman’ da COSEC

“Em crise os riscos de crédito aumentam e o seguro torna-se mais importante”

Nesta crise, há setores que se veem obrigados a reduzir a sua atividade, “mas há outros em que novas oportunidades de negócio se abrem”, afirma a ‘chairman’ da COSEC, Maria Celeste Hagatong. ● IV



FÓRUM

Qual o papel atual do seguro de crédito quando comparado com o período pré-pandemia? ● VI



Shutterstock

ANÁLISE

Linha “Facilidade Exportação Segura 2021” alargou o leque de mercados

A renovação da linha de apoio aos seguros de crédito permite alargar o leque dos mercados passíveis de Seguro de Crédito. No entanto, os operadores precisam de ampliar a medida ao mercado interno.

VÍTOR NORINHA

Vnorinha@jornaleconomico.pt

A não concessão de limites de crédito para algumas empresas e o alargamento da “Facilidade Exportação Segura 2021” ao mercado interno são alguns dos pedidos da indústria que trabalha com os Seguros de Crédito à exportação. E o exemplo vem da Alemanha cujas empresas beneficiam destas facilidades públicas mais amplas e que lhes dá vantagem competitiva.

Fragilizado pela pandemia e pelo mercado recessivo, o Seguro de Crédito à exportação viu reduzidas as responsabilidades no ano passado na ordem dos 20%. Em simultâneo o custo da sinistralidade aumentou devido aos incumprimentos de empresas em países tradicionalmente recetores dos produtos nacionais. As ajudas chegaram através de apoios públicos autorizados por Bruxelas. Mas o sector dos Seguros de Crédito está a passar por outras

transformações. Acácio Ferreira, da Willis Towers Watson, diz que “questões como o reforço da importância do comércio eletrónico em detrimento do comércio a retalho tradicional, as alterações de hábitos de consumo, a importância das questões climáticas e de sustentabilidade para os consumidores, a mudança de paradigma energético na indústria automóvel, entre outras, estão a ser exacerbadas pela crise que atravessamos e que vão motivar transformações significativas na forma de interagir e nos sectores de atividade que terão maior sucesso com a retoma”. Isto “para além dos impactos em termos financeiros” que as medidas de mitigação da crise e de recuperação irão causar aos Estados e às empresas, nomeadamente através do aumento do nível de endividamento, “que acarretarão incertezas sobre a capacidade de as mesmas evoluírem/sobreviverem”.

Os governos europeus tiveram essa sensibilidade em meados do ano passado quando lançaram os

apoios públicos aos seguros de crédito. A Portugal só chegaram em junho, embora para outros países europeus tenha sido possível o respaldo público cerca de três meses antes. Relembremos que as responsabilidades dos seguradores de crédito caiu 20% até setembro último e a crise sanitária que rapidamente passou a crise económica e recessão

técnica teve impacto forte em todos os sectores, com destaque para o turismo, aviação, agências de viagens, hotelaria e restauração. O sector da construção civil, nomeadamente com o crescimento da reabilitação, foi uma exceção a uma queda generalizada da atividade. Isto significou na ótica de gestores do sector, um aumento da sinistralidade da ordem dos 50%, o que se refletiu nos prémios. A expectativa é que rapidamente Portugal consiga o respaldo também para o mercado interno. Diz ainda o mesmo gestor da WTW que “a minimização dos efeitos financeiro-económicos desta crise no tecido empresarial português e respetivo impacto em termos sociais não pode ser conseguida sem o apoio às empresas que atuam no mercado doméstico. É fundamental para minimizar o número de falências de empresas e salvar empregos que as transações existentes possam ser executadas num ambiente de certeza de crédito. A dimensão do mercado interno, o número de em-

presas e de trabalhadores envolvidos requer uma melhor atenção do Estado”. Acrescenta que não se está a falar de um financiamento, “mas sim da promoção de um ambiente favorável à atividade económica”. Recorde-se que sendo a economia portuguesa aberta, o não alargamento do apoio ao Seguro de Crédito no mercado interno, permite que fornecedores internacionais que beneficiam de programas mais agressivos por parte dos seus Estados possam oferecer melhores condições de crédito no mercado português, penalizando os fornecedores nacionais.

E a grande pergunta é saber o que irá acontecer em 2021. Já vimos uma antecipação positiva por parte da Crédito y Caución, a qual adianta nas suas previsões elaboradas em meados deste mês de fevereiro, que as economias avançadas crescerão 3,9% em 2021, algo que não é suficiente para contrariar a queda do PIB nos países europeus e da América do Norte. E há uma base de otimismo nomeadamente com a nova administração nos EUA e sobre a qual é expectável uma “política mais ortodoxa” e sobre o acordo comercial UE/Reino Unido, o qual significa mais barreiras comerciais mas afasta o temido “hard Brexit”. O plano de vacinação europeu está para durar e isso significa que continuarão as medidas de confinamento em toda a Europa. Não se sabe por quanto tempo nem a sua intermitência, mas há algo que é comum a todos os analistas: o ano de 2021 não permitirá recuperar os níveis de crescimento que os vários países europeus e da América do Norte estavam a experienciar no período pré-Covid. Também o segurador Coface, através do seu economista-chefe, Julien Marcilly (que concluiu há dias o encontro anual sobre “risco-país”), lembra que a recuperação económica não beneficiará da mesma forma todos os sectores de atividade. Na sua análise relativa ao 4º trimestre de 2020 diz o economista que é de antecipar melhorias para o sector automóvel europeu, também para a construção civil e para o sector químico mas, em contraste, haverá sectores cuja atividade manter-se-á deprimida pela pandemia e dá o exemplo dos transportes, ligando-se aqui à aviação e ao turismo. Diz ainda que economias asiáticas que estão a reagir bem como a China e Taiwan e que “embelezam” a recuperação mundial, não revelam a extensão dos danos provocados pela pandemia. A verdade é que as principais economias maduras não conseguirão até final de este ano recuperar o crescimento pré-crise. E fala sobretudo das economias que mais dependem dos serviços, caso de Espanha e do Reino Unido. Portugal está certamente entre as economias que mais perdem com a fraca performance dos serviços. ●

As principais economias maduras não conseguirão, até final deste ano, recuperar o crescimento pré-crise

395 milhões €

com garantia do Estado
para as empresas
exportadoras.

A COSEC protocolou com o Estado português distribuir 395M €, de um total de 750M € da Facilidade de Curto Prazo OCDE 2020, redenominada **Facilidade EXPORTAÇÃO SEGURA 2021**, solução prorrogada para vigorar até 30 de junho de 2021.

Esta Linha de Apoio pública destina-se a incentivar as exportações realizadas com seguro de créditos, permitindo **incrementar até 1,5 vezes**, com garantia do Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, **o valor das coberturas das vendas a crédito** concedidas pela COSEC.

Saiba mais em www.cosec.pt



COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.R., sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da Liberdade 248, 5º piso, 1250-143 LISBOA, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a exercer atividades nos Ramos Não-Vida - Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa pelo número único de identificação e de identificação Taxal nº 500726000, com o capital social de € 7.500.000. Não dispensa a consulta de informação pré-contratual e contratual ligada ao risco.

ESPECIAL SEGUROS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

ENTREVISTA **MARIA CELESTE HAGATONG** ‘chairman’ da COSEC

“Em crise os riscos de crédito aumentam e o seguro torna-se mais importante”

Nesta crise, há setores que se veem obrigados a reduzir a sua atividade, “mas há outros em que novas oportunidades de negócio se abrem”, afirma a ‘chairman’ da COSEC, Maria Celeste Hagatong.

VÍTOR NORINHA

Vnorinha@jornaleconomico.pt

Qual o balanço que faz de 2020 na atividade dos seguros de créditos?

O ano de 2020 foi um ano completamente atípico. Uma pandemia com a expressão geográfica envolvendo todo o mundo é um cenário que apenas tinha sido registada em filmes de ficção. A necessidade de medidas sanitárias tão rigorosas levou ao confinamento das populações; à redução da movimentação das pessoas e de bens entre países e continentes; ao fecho de muitas atividades económicas (como o turismo, a restauração, o comércio e os transportes, nomeadamente os aéreos); e à interrupção de cadeias logísticas. Foi uma desarticulação completa e rápida da atividade económica.

Em março e abril de 2020, o mundo perspectivava que no verão desse ano a situação sanitária começaria a melhorar e, portanto, se verificaria o início da retoma das economias. Mas não foi isso que aconteceu, e chegámos ao final de 2020 com uma grave crise económica, com decréscimos acentuados do PIB na generalidade dos países, sendo a China praticamente a única exceção, e, em consequência, o comércio mundial registou um apreciável decréscimo. Face a este panorama, de uma crise tão brusca, os Governos dos vários países e a União Europeia tiveram de tomar medidas transitórias de forma a manterem os agentes económicos, ainda que alguns em hibernação.

As companhias de seguros de créditos, ao verem o início desta “débaçle”, logo em fevereiro de 2020, reduziram as suas exposições aos países, sectores e empresas mais vulneráveis. Mas esta redução de exposição das seguradoras de créditos

iria criar uma disrupção no comércio mundial e também uma enorme pressão na liquidez das economias. E é assim que a União Europeia e os países desenvolvidos da OCDE tomaram medidas transitórias, logo em março, de forma a que os seguros de créditos pudessem beneficiar de apoios públicos para as exportações para estes países. Esta medida teve um horizonte até 31 de dezembro de 2020, que, no final do ano, foi prorrogado até 31 de junho de 2021. Em virtude de as perspetivas não serem ainda positivas, há dias, viu-se aprovada uma nova prorrogação, até ao final de 2021.

Mesmo assim, o nível da atividade dos seguros de créditos diminuiu, como reflexo da redução do comércio mundial. Também a evolução dos mercados financeiros não

foi favorável para a atividade seguradora em geral.

O custo do risco de crédito para as seguradoras deste ramo, apesar da sua prudência, veio a ser fortemente aumentado, tendo presente os cenários macroeconómicos tão negativos.

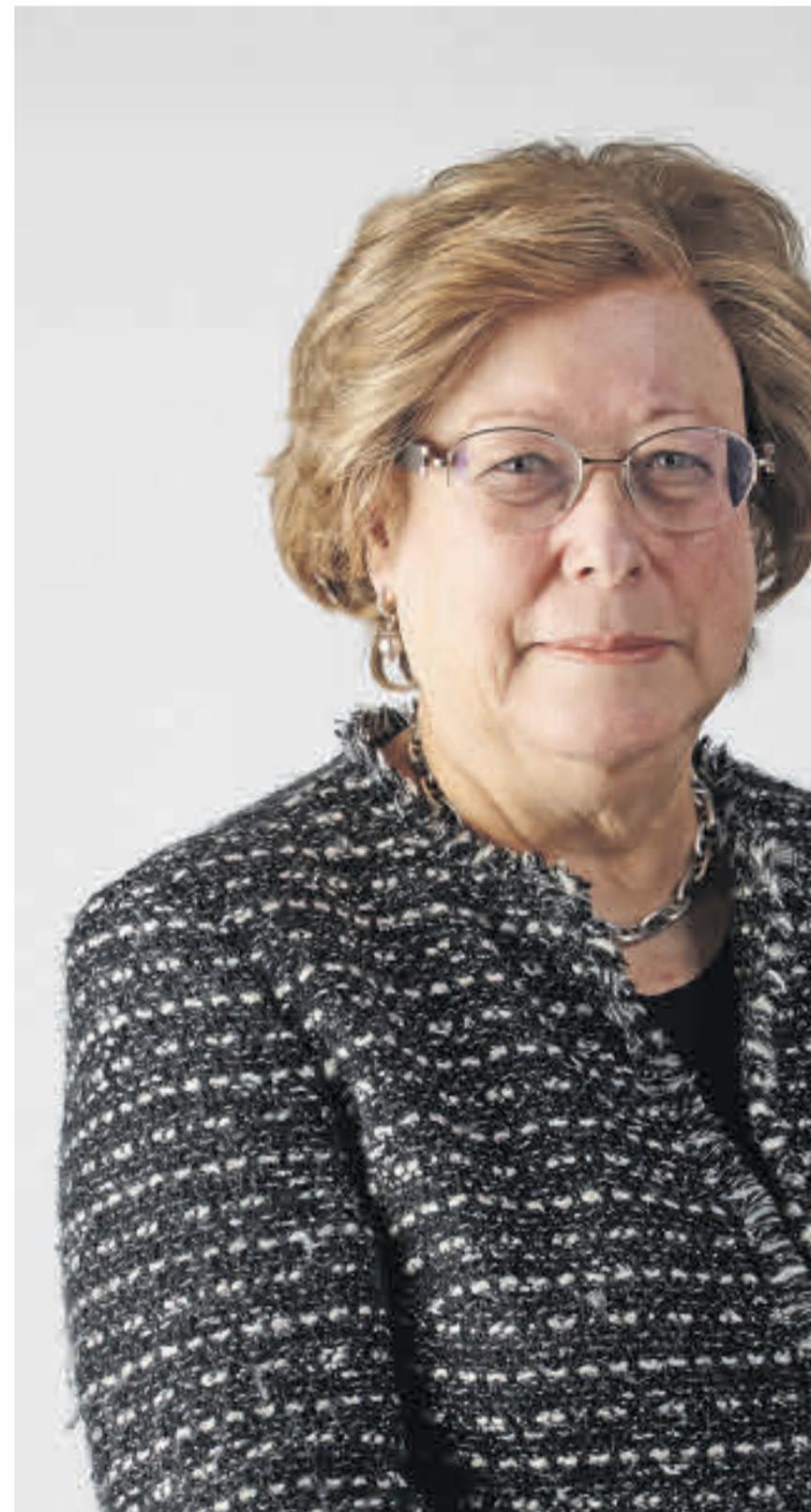
Todavia, tendo em atenção o conjunto de estímulos financeiros que foram postos em marcha pelos vários Governos, nomeadamente europeus, a sinistralidade verificada em 2020 não foi de forma nenhuma próxima das expectativas das seguradoras. Mas, como o efeito da sinistralidade das apólices do segundo semestre do ano apenas se irá fazer sentir durante o ano de 2021, ainda é cedo para tirar uma conclusão definitiva a esse respeito.

E como foram os resultados da COSEC em 2020?

A COSEC continuou a registar resultados positivos em 2020, apesar de bastante inferiores aos registados em 2019, ano em que estes foram grandemente influenciados pelas mais-valias da venda de património imobiliário. Contudo, no final do ano, o rácio de solvência da COSEC situava-se em 254%, e a situação de liquidez da companhia era muito favorável. A evolução positiva destes valores ficou a dever-se também a não terem sido distribuídos os resultados registados em 2019 pelos acionistas da COSEC, conforme recomendação feita pelo regulador ASF.

Como reage a procura das empresas exportadoras por seguros de créditos em alturas de crise?

É evidente que, numa altura de crise, os riscos de crédito aumentam e, portanto, o seguro de créditos torna-se mais importante para que as empresas possam vender a prazo (em princípio, a 90 dias) com



uma previsibilidade dos seus recebimentos e sem terem problemas adicionais na recuperação dos incumprimentos dos seus clientes. Nesta crise, como em outras anteriores, se há setores que se veem obrigados a reduzir a sua atividade, também há outros em que novas oportunidades de negócio se abrem. Para obterem o financiamento adicional relacionado com o acréscimo de fundo de maneio resultante do aumento de atividade junto dos bancos, o seguro de créditos é um instrumento por excelência. Em 2020, a COSEC, com o apoio dos seus parceiros (mediadores e bancos), aumentou o número dos seus segurados, a maioria dos quais não tinham, até aí, seguros de créditos.

Qual a importância dos apoios

públicos ao seguro de créditos e a renovação para 2021?

Tendo presente as novas vagas da pandemia, que têm vindo a afetar os vários países, e as suas consequências para a atividade económica, por um lado, e, por outro, os atrasos que se perspetivam na vacinação, com enormes consequências na retoma económica, impõe-se que as medidas de apoio aos seguros de créditos se mantenham em 2021, tanto mais que as exportações são um dos motores para o crescimento económico. O Ministério das Finanças já assinou com as companhias de seguros a renovação e reformulação da Linha lançada em junho do ano passado, para vigorar até ao final do primeiro semestre de 2021. Nesta reformulação da Linha, foram contemplados os seguintes as-

“

No final do ano, o rácio de solvência da COSEC situava-se em 254%, e a situação de liquidez da companhia era muito favorável

D.R.

Os seguros de créditos para o mercado interno representam cerca de 50% do mercado global dos seguros de crédito em Portugal. Por outro lado, é necessário ter em atenção que as empresas exportadoras, para venderem no estrangeiro, envolvem outras empresas portuguesas, nomeadamente pequenas e médias empresas, que, neste momento, não têm acesso a seguros de créditos com apoio público na ordem interna. Tendo presente a fragilidade das empresas portuguesas, faz também todo o sentido o lançamento deste produto, nomeadamente como medida de proteção a importações de empresas estrangeiras que possam beneficiar deste mesmo instrumento nos seus países e, portanto, apresentem uma maior agressividade comercial.

Como é que a COSEC encara o ano de 2021?

O ano de 2021 parecia, há uns meses, que seria o ano da retoma da atividade económica, após um horrível 2020. No entanto, com as novas vagas da pandemia que assolaram a maioria dos países a partir do final de 2020, e os atrasos que se têm vindo a verificar na disponibilização das vacinas, em especial na Europa, o ano de 2021 continuará a ser um ano que se perspetiva muito difícil. Num estudo divulgado esta semana pela Euler Hermes, é estimado que cada cinco semanas de atraso na campanha de vacinação custarão, em apoios governamentais, na União Europeia, um total de 90 mil milhões de euros. Assim, os sinais de retoma encontram-se adiados para o 3º e 4º trimestre 2021, mas nunca se sabe! No entanto, construímos o orçamento da COSEC para 2021 com grande ambição, não obstante esse cenário macroeconómico cada vez mais pessimista. Vamos continuar a nossa estratégia de proximidade com os nossos parceiros, clientes e potenciais clientes, tendo em vista prosseguir a nossa política de transparência, garantia do reforço de confiança na COSEC. Iremos continuar a melhorar a nossa oferta de produtos, com o lançamento de novas soluções digitais, a primeira das quais ainda neste mês de fevereiro. A melhoria do serviço, incluindo do serviço pós-venda, e também as melhorias nas plataformas digitais de comunicação com os nossos clientes e parceiros são objetivos que continuarão a merecer um grande foco por parte da COSEC. Pretendemos, assim, que a COSEC continue a afirmar-se pela inovação e pela digitalização dos seus produtos e processos. E tudo isto terá de ser acompanhado com uma forte melhoria da rentabilidade face à queda de resultados verificada em 2020. ●

petos: para além dos países da União Europeia e desenvolvidos da OCDE foram também abrangidos todos os outros mercados de exportação portuguesa. Encontramos contemplado um aumento do grau de cobertura por seguro de créditos com garantia do Estado até 1,5 vezes o montante assumido pelas companhias de seguros de créditos comerciais, não podendo exceder, em conjunto, 90% das transações. Foram também abrangidas as transações realizadas por sucursais e filiais de empresas portuguesas sediadas na União Europeia, e na sua atividade de comercialização de produtos fabricados em Portugal.

Ainda fazem falta os seguros de créditos para o mercado interno?

A COSEC SCGE

A COSEC gere o SCGE, ou seja, assume as funções de Agência de Crédito à Exportação em Portugal. Como se apresentou a atividade em 2020?

A oferta do Sistema dos Seguros de Crédito com garantia do Estado destina-se a reforçar e a diversificar as exportações para países de risco acrescido e também para permitir uma maior internacionalização dos investimentos de empresas portuguesas nesses mercados. É uma oferta permanente de três categorias de seguros - Seguros de Créditos de Curto Prazo (até 24 meses), Seguros de Caução e Seguros de investimentos. Em 2020, os limites das linhas específicas geridas no âmbito do SCGE foram aumentados pelo Governo logo em março. A linha de Seguros de Crédito de Curto Prazo para exportações fora da OCDE foi reforçada de 250 milhões euros para 300 milhões euros, a Linha de Seguros de Caução para obras e fornecimentos de bens e serviços no exterior duplicado de 100 milhões euros para 200 milhões euros e o mesmo acontecendo com a Linha de Seguros de Crédito de Médio Prazo, sobretudo para os setores da metalomecânica e dos moldes que passou de 100 milhões de euros para 200 milhões euros.

A Linha de Seguros de Crédito de Curto Prazo para fora da OCDE teve em 2020 um aumento de responsabilidades de cerca de 9% face ao ano anterior, as candidaturas aumentaram 38%, o número de empresas que recorreram a esta linha aumentou (mais 13%). Verificou-se um alargamento dos destinos de exportação em 14%, foram procurados 95 mercados de destino.

Gostaria de referir que nesta linha as candidaturas são apresentadas digitalmente, através da plataforma scge.cosec.pt. A sua análise e recolha de informação, assim como o seu processo de decisão é feito através de *workflow* informático no caso de as propostas estarem dentro dos limites de autonomia de decisão da COSEC. A comunicação da decisão e emissão e disponibilidade da apólice ao segurado também é feita digitalmente. Apesar dos confinamentos sanitários que levaram a períodos de teletrabalho obrigatórios registados em 2020 e do grande aumento da procura conseguimos melhorar em 44% os tempos médios de serviço.

Quanto à Linha de Seguros de Caução, no montante de 200 milhões de euros, teve um grau de utilização de cerca de 78% o que demonstra o dinamismo de muitas empresas mesmo em tempo de pandemia. A Linha de Seguros de Crédito de Médio Prazo (2 a 5 anos) teve uma utilização muito baixa, tendo algumas operações de exportação sido abrangidas na Linha de Seguros de Curto Prazo, dado que o seu prazo de pagamentos não excedia 2 anos. ●

Seguro de Crédito e a retoma: papel do apoio do Estado



ACÁCIO FERREIRA
Director - Credit and Surety Insurance.

Num momento em que o início do processo de vacinação cria expectativas que o pior da crise provocada pela covid-19 está próximo do fim e em que se avolumam as afirmações das Instituições nacionais e internacionais a indicar que 2021 será o início da recuperação económica, é fundamental que as empresas estejam preparadas para aproveitar os desafios e oportunidades que a retoma proporciona.

Sendo o crescimento das transações com o exterior um dos desígnios nacionais

mais importantes para o desenvolvimento económico, o apoio às exportações foi um dos aspetos desde cedo reclamado pelas empresas e respetivas associações a que o Governo procurou responder.

Se numa primeira fase o apoio dado pelo Estado via Seguro de Crédito ficou muito aquém do necessário face ao profundo impacto da crise, a renovação de uma das componentes do apoio para as exportações, trouxe melhorias em termos de dimensão, abrangência e condições económicas.

Recorde-se que num contexto de retração económica é previsível um forte aumento do risco de incumprimento, tornando ainda mais relevante o papel do Seguro de Crédito como instrumento de gestão da empresa. Não obstante o mercado de Seguro de Crédito continuar a operar, o crescimento da volatilidade levou os operadores a reduzir a sua exposição e a agravar as condições económicas. É neste enquadramento que o apoio do Estado ao Seguro de Crédito ganha protagonismo.

Existindo um sentimento positivo de retoma económica, é importante que as empresas estejam preparadas para os enormes desafios que se esperam. É previsível que a redução ou retirada das medidas de estímulo às economias e às empresas resultem num agravamento substancial do risco. É também reconhecido que após uma crise, as ondas de choque perdurem por mais um ou dois anos, motivando riscos quando a retoma surge. Adicionalmente, é expectável que a dificuldade de obtenção de cobertura continuará, uma vez que as Seguradoras afetadas pela futura sinistralidade e por dados económico-financeiros de 2020 influenciados negativamente pelos impactos da pandemia, terão tendência a acompanhar com atraso as necessidades das empresas.

É importante que as empresas, as suas associações e o Governo comecem a trabalhar para promover a extensão do apoio ao Seguro de Crédito para além de 30.06.2021 e se possível o alargamento do seu âmbito, nomeadamente contemplando o mercado interno pois muitas das empresas exportadoras fornecem-se neste mercado e sem crédito dos seus fornecedores nacionais não terão condições de concorrer internacionalmente e também para casos em que as Seguradoras de Crédito não atribuem limites.

Esta questão é ainda mais premente quanto os exportadores portugueses se confrontam no mercado mundial com concorrentes de Estados que implementaram planos de apoio na área de Seguro de Crédito mais robustos e que permite às empresas locais uma maior competitividade internacional.

Registe-se que o tipo de apoio do Estado ao Seguro de Crédito tem uma capacidade multiplicadora da atividade económica extremamente elevada que ultrapassa em larga margem a garantia que constitui e os custos que eventualmente serão suportados.

Nestes tempos altamente dinâmicos e incertos, a utilização do Seguro de Crédito permite a obtenção de informações e ajuda a tomada de decisões mais seguras na concessão de crédito a novos clientes e no acompanhamento da situação financeira dos atuais, minimizando o risco e o impacto de incumprimentos.

FÓRUM

VOLATILIDADE CRESCENTE REFORÇA PAPEL DOS SEGURADORES DE CRÉDITO

O papel da prospeção e do acompanhamento da carteira dos clientes é a base de trabalho dos seguradores de crédito à exportação. E este papel não é simples, pois alteraram-se os hábitos de consumo, a somar a outros temas nucleares como a sustentabilidade e as alterações climáticas. **VÍTOR NORINHA**

PERANTE OS NOVOS DESAFIOS QUE SE COLOCAM ÀS EMPRESAS E, EM PARTICULAR, ÀS EXPORTADORAS, QUAL O PAPEL ATUAL DO SEGURO DE CRÉDITO QUANDO COMPARADO COM O PERÍODO PRÉ-PANDEMIA. TORNOU-SE AINDA MAIS RELEVANTE, MESMO COM O AUMENTO DOS PRÉMIOS DEVIDO AO CRESCIMENTO DA SINISTRALIDADE? ATÉ QUE PONTO OS ACORDOS COMERCIAIS NO REINO UNIDO TÊM IMPACTO NAS EMPRESAS E NOS SEGUROS? E OS APOIOS PÚBLICOS À EXPORTAÇÃO NÃO DEVERÃO SER ACOMPANHADOS POR APOIOS AO MERCADO INTERNO? ESTAMOS A PROMOVER O FINANCIAMENTO OU A PROMOVER UM AMBIENTE FAVORÁVEL À ATIVIDADE ECONÓMICA?



ACÁCIO FERREIRA
Diretor de Credit and Surety Insurance da Willis Towers Watson Portugal

“O Seguro de Crédito é sempre um instrumento financeiro fundamental na gestão das empresas, quer na vertente comercial, quer na proteção do ativo das empresas. Este papel é claramente reforçado numa altura em que existe uma grande volatilidade e incerteza acrescida, decorrente dos impactos provocados pela pandemia. Mesmo após os problemas de saúde pública estarem controlados e a pandemia perder parte da importância para as populações, os impactos sobre as economias e o tecido empresarial a nível mundial continuarão a fazer-se sentir, com acrescido risco para as empresas. O papel de prospeção e acompanhamento da carteira dos clientes desempenhado pelo Seguro de Crédito será indispensável para que as empresas aproveitem a retoma e respondam aos desafios que a mesma implicará de forma segura. Questões como o reforço da importância do comércio eletrónico em detrimento do comércio a retalho tradicional, as alterações de hábitos de consumo, a importância das questões climáticas e de sustentabilidade para os consumidores, a mudança de paradigma energético na indústria automóvel, entre outras, estão a ser exponenciadas pela crise que atravessamos e que vão motivar transformações significativas na forma de interagir e nos sectores de atividade que terão maior sucesso com a retoma. Isto para além dos impactos em termos financeiros que as medidas de mitigação da crise e de recuperação irão causar aos Estados e às empresas, nomeadamente através do aumento do nível de endividamento, que acarretarão incertezas sobre a capacidade de as mesmas evoluírem / sobreviverem. Em suma, a tomada de decisões e a capacidade de assumir riscos de uma forma controlada e eficiente pelas empresas é facilitada pela utilização de um instrumento como o Seguro de Crédito que para além da capacidade de disponibilização de informação, assume-se como parceiro das empresas na proteção do seu ativo”. Por outro lado, “em face dos constran-

gimentos que a crise provocou ao mercado de Seguro de Crédito comercial tradicional, nomeadamente a redução da capacidade de assumir risco, é fundamental que o Estado completamente a oferta para permitir que as empresas possam continuar a assumir riscos de forma controlada, mantendo a sua atividade comercial. Esta necessidade foi reconhecida de imediato pela UE que desde praticamente o início autorizou os seus Estados-membros a apoiar este instrumento. Este é um instrumento fundamental para as empresas no exercício da sua atividade comercial e que ganha particular relevância em períodos altamente dinâmicos e incertos, pelo que se o mercado comercial tradicional não tem capacidade de responder, é necessário o apoio do Estado para evitar um agravamento ainda mais significativo das dificuldades das empresas em atuar.

Dada a generalização deste sentimento, os diversos Estados adotaram medidas de apoio ao Seguro de crédito, pelo que foi fundamental que o Governo português seguisse este caminho sob pena das empresas portuguesas perderem capacidade de competir no mercado internacional. Inicialmente, o apoio público foi lento a ser implementado e ficou muito aquém das necessidades e expectativas das empresas, por exemplo comparativamente com o suporte dado pelo Estado na crise de 2008 foi claramente inferior, quer em termos de âmbito, quer em termos de custos. A renovação do apoio com a linha Facilidade Exportação Segura 2021 introduziu melhorias significativas tornando-o muito mais interessante, porque permitiu alargar substancialmente o leque de mercados passíveis de seguro, aumentar o montante garantido por cliente e com custos inferiores. Contudo, ainda existem aspetos que as empresas gostariam de ver melhorados, como por exemplo: a não concessão de limites para algumas empresas para as quais os seguradores não atribuem limites e o alargamento ao mercado interno (dois pontos contemplados no apoio adotado após a crise de 2008). Esta questão é tanto mais pertinente, quando existe a imagem no mercado que outros países, por exemplo a Alemanha, beneficiam de programas de apoio ao Seguro de Crédito mais amplos agravando os problemas de competitividade do tecido empresarial português. É de referir que o Governo português tem mantido desde 2009 uma linha de apoio ao Seguro de Crédito para países de risco, no entanto, esta crise teve implicações globais e nomeadamente nos mercados tradicionais e mais relevan-

tes das nossas exportações que não são abrangidos pela mesma. E sendo este um esquema interessante no sentido de promover a diversificação de mercados, os problemas ao nível da cobertura de crédito espoletados pela atual crise não podem ser resolvidos por esta modalidade.

A extensão deste apoio público ao mercado doméstico é um aspeto que as empresas, as respetivas associações empresariais e mesmo os seguradoras têm reclamado desde o início. A minimização dos efeitos financeiros-económicos desta crise no tecido empresarial português e respetivo impacto em termos sociais não pode ser conseguida sem o apoio às empresas que atuam no mercado doméstico. É fundamental para minimizar o número de falências de empresas e salvar empregos que as transações existentes possam ser executadas num ambiente de certeza de crédito. A dimensão do mercado interno, o número de empresas e de trabalhadores envolvidos requer uma melhor atenção do Estado. Adicionalmente, é importante referir que o apoio às exportações também depende de existir um mercado interno forte, pois muitas das empresas exportadoras fornecem-se neste mercado e sem crédito dos seus fornecedores nacionais, não terão condições de concorrer no mercado internacional.”



JOSÉ MONTEIRO
DG Coface Portugal

“A resiliência das empresas exportadoras varia sectorialmente, porque está relacionada com vários outros factores, tais como a sua capacidade financeira, a sua capacidade de se adaptar a novas exigências ambientais, os mercados de exportação com os quais negocia, uma vez que existem mercados naturalmente mais protegidos do que outros, etc. Posto isto, parece-me que podemos de forma generalizada observar essa resiliência nas empresas, mas apenas numa franja específica do nosso tecido empresarial exportador e não no seu todo. Com o prolongamento das medidas restritivas, essa resiliência é colocada à prova todos os meses e, inevitavelmente, as empresas em situa-

ção mais vulnerável terão dificuldades acrescidas em progredir. Existem sectores com uma exposição muito elevada à crise pandémica, como é o caso do sector do turismo, cujas exportações, segundo os dados mais recentes da Coface, representaram 50% do total das exportações de serviços em 2019, devendo registar uma quebra de 65-70% das suas receitas anuais em 2020 e com baixas perspectivas de recuperação em 2021. O comportamento futuro da economia e das exportações está condicionado, naturalmente, pela própria evolução da pandemia e pela recuperação dos nossos parceiros económicos no exterior, sendo desde já certo que vamos assistir a uma recuperação mais lenta, em resultado do elevado peso que o sector dos serviços representa na nossa estrutura económica, nomeadamente o turismo”. Por outro lado, “em qualquer período, quer de crescimento económico, quer de crise, seja de origem pandémica ou outra, o seguro de crédito é um instrumento de apoio à gestão fundamental para qualquer empresa, quer se trate ou não de uma atividade direcionada para a exportação ou para o mercado doméstico. É o único instrumento que permite seleccionar e gerir uma carteira de clientes, com base no seu risco de incumprimento, assegurando que o crédito concedido através das vendas efectuadas, ao abrigo dos limites de crédito atribuídos, sejam sempre recebidas, desde que respeitado o estipulado na apólice. Naturalmente que na situação de pandemia que vivemos a nível global, em que ocorrem confinamentos simultâneos ou desfasados, consoante o país, o desconhecimento sobre a evolução da actividade dos clientes é mais evidente, sendo fundamental contar com o apoio de uma seguradora de créditos para essa monitorização, preferencialmente com uma seguradora que seja ágil na gestão do risco, actuando criteriosamente nas decisões de exposição, evitando decisões automáticas e massivas sem critérios objectivos para a tomada de decisão. De frisar que a prorrogação da anterior linha de crédito à exportação com o apoio do Estado “Facilidade de Curto Prazo OCDE 2020”, agora denominada “Exportação Segura 2021” foi fundamental, uma vez que os problemas ainda estão longe de serem solucionados. Esta prorrogação permitiu aumentar o apoio do Estado por operação, reduzir o custo do risco coberto, bem como o alargamento dos países abrangidos, cuja lista foi aumentada (podendo a ficha de produto ser consultada no nosso site em <https://www.coface.pt/A-Nossa-Ofer>

ta/Seguro-de-Credito/Linha-de-apoio), um claro benefício relativamente à linha anterior, uma vez que permite abranger um maior número de operações de exportação. Acresce ainda que, com esta importante medida, todas as seguradoras se encontram em igualdade de circunstâncias no apoio às empresas, permitindo assim uma democratização do acesso aos apoios do Públicos do Estado a todas as empresas exportadoras portuguesas, independentemente da Seguradora de Créditos contratada. É fundamental o alargamento desse apoio às transações no mercado interno. De facto, tal como a linha de apoio à exportação tem um contributo importante para a retoma da economia, dado ter um grande impacto na quota de penetração das exportações das empresas portuguesas, uma vez que estas vão beneficiar de maiores limites de crédito resultantes desse apoio público, a linha para mercado doméstico permitirá manter a quota das empresas nacionais no mercado interno, uma vez que qualquer quebra de vendas no mercado doméstico, será seguramente aproveitada pelos concorrentes estrangeiros que vendem para Portugal e que podem assim aumentar a sua penetração, com prejuízo para as empresas nacionais. Aguardamos com muita expectativa que essa decisão possa ser tomada pelo Governo, estando a Coface totalmente disponível para apoiar uma rápida implementação, tal como aconteceu com a actual linha para apoio à exportação."



TERESA RIBEIRO
Credit Specialties Leader
da Marsh Portugal

"Apesar do ano atípico, e historicamente sem precedentes onde nenhum modelo preditivo poderia auxiliar, as empresas portuguesas superaram-se a si mesmas com uma resiliência e adaptabilidade que lhes permitiu enfrentar os desafios que esta pandemia desencadeou. A capacidade de se reinventarem foi notória. Veja-se, por exemplo, o caso de muitas empresas do sector têxtil - e outros -, que mudou linhas de produção, produtos, canais de distribuição, etc. Por outro lado, assistimos ainda a um incremento das vendas de determinados sectores, que não se ressentiram com o panorama geral e expectável que esta pandemia pressunha. A resiliência está correlacionada, para além do impacto sectorial, com variáveis como a dimensão, o volume, as cadeias de fornecimento e a estruturação de processos, sendo que as empresas que demonstram maior preocupação com os seus sistemas e diversificação, são as que, efetivamente, conseguiram ajustar-se com maior facilidade. Com o teletrabalho, a utilização de canais digitais, e as anunciadas quebras do PIB e das exportações (inclusive do aumento das insolvências e quebra significativa na constituição de novas

empresas), o que assistimos até à data pode considerar-se como um ano invulgarmente positivo face ao esperado no início da pandemia em março de 2020. É, por isso, expectável que o ano de 2021 continue esta trajetória, ainda que existam preocupações a partir de setembro de 2021 - quando terminarem os apoios do Estado, linhas bancárias, moratórias, entre outras medidas -, prevenindo-se, entre final de 2021 e 2022, aumentos de mora e mesmo de insolvências que possam estar adiadas. O risco de crédito aumentou. Logo, a proteção face a esse risco é, no nosso entendimento, mais crítica. O seguro de crédito é um instrumento muito importante e que auxilia na sustentabilidade e controlo do ativo mais importante do balanço de uma empresa - a conta clientes -, pelo que, em períodos de extrema incerteza como o que vivemos, mais se justifica. É certo que o mercado segurador privado está mais restritivo em termos de apetite e cobertura de risco, o que pode ser visto como uma limitação. Mas, por outro lado, o segurador de crédito é, neste momento, um parceiro fundamental das empresas. Quer em termos de monitorização permanente do risco, quer, neste contexto imprevisível, através da função de cobertura de riscos, minimizando assim o impacto de circunstâncias exógenas a que as empresas estão sujeitas, caso os incumprimentos de clientes se materializem. Ultrapassar esta crise sanitária, económica e social - que ainda está presente - não é fácil e é, claramente, um desafio constante, pelo que acreditamos que se as empresas estiverem munidas e capacitadas com instrumentos que as auxiliem na sua gestão diária, controlo e políticas de crédito, mais facilmente se adaptam, reorganizam ou reinventam os seus processos. A informação e o suporte tornam-se cruciais em tempos de crise.

A globalização é uma realidade no dia a dia de todos. A logística é um fator incontornável para o funcionamento da economia mundial, assentando não só na tecnologia e na comunicação digital, como na capacidade de circulação e deslocação de bens em todo o mundo. Temos presentes dois exemplos recentes que nos mostram como o sector logístico é fundamental para o funcionamento da economia, com fortes impactos para a produção e exportações de um país que, como Portugal, está totalmente integrado nas cadeias internacionais de abastecimento: 1) as restrições impostas por alguns estados durante o confinamento decorrente da pandemia, que teve o seu expoente máximo nas dificuldades de trânsito sentidas entre o Reino Unido e a Europa no final do ano, com longas filas de camiões para atravessar o Canal da Mancha, dando-nos uma visibilidade direta para a dimensão e importância de uma eventual disrupção; e 2) a paragem na produção de algumas fábricas, como seja o sector automóvel, que dependem de matérias-primas de países que, estando impedidos de fornecer, foram diretamente responsáveis por falhas de abastecimento e, conseqüente, quebra nas vendas". Por outro lado e por forma a suportar a economia, "foram implementados apoios estatais nacionais, suportados ao nível das instâncias da União Europeia (UE). Em Portugal, as ajudas decorrentes da primeira fase da pan-

demia apenas foram disponibilizadas a meio do ano 2020, e com características que limitavam a sua utilização. Por sua vez, outros Estados-membros da UE já tinham tido acesso a apoios estatais muito mais cedo e com maior abrangência, o que coloca as empresas portuguesas numa situação de desvantagem face às suas concorrentes de outros Estados-membros. Hoje, e para 2021, os apoios do Estado foram renovados e já numa ótica mais abrangente (em traços genéricos, alargados a todo o mercado externo, com a possibilidade de obter até 1,5 vezes o valor concedido pelo segurador no contrato base e com um *pricing* claramente mais competitivo que no ano anterior), permitindo assim uma maior utilização, ainda que tenha a condicionante de data fim a 31 de junho de 2021. Por outro lado, assistiu-se à isenção do Imposto de Selo sobre apólices de seguro de crédito referentes à exportação, apólices de seguro caução e garantias bancárias emitidas na ordem externa - Decreto-Lei n.º 109/2020, o qual entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021. Assim, e respondendo à questão, os apoios estatais em contextos como o que vivenciamos são importantes para colmatar uma limitação de cobertura verificada em termos de mercado segurador privado, sendo uma forma de ajuda fundamental à economia, já que as empresas podem, desta forma, continuar a sua atividade comercial mais próxima da normalidade, com os seus riscos de crédito controlados. Ponderar a possibilidade de cobertura para situações em que não existe qualquer cobertura do mercado segurador privado era também fundamental na ajuda à competitividade do nosso tecido empresarial. No seguimento do que já referimos, é extremamente relevante. Uma vez que, apesar do grande peso das exportações no nosso PIB, existe uma grande franja do nosso tecido empresarial dedicado à produção nacional e que sente que não está a ser apoiado e que perde competitividade. É importante que o Estado tenha presente que as vendas internas representam uma importante fatia do PIB, que são uma das bases do rendimento das famílias e que contribuem fortemente para o desenvolvimento da economia nacional. As limitações e restrições na subscrição de risco pelo mercado segurador privado, referidas anteriormente, são transversais e, por isso mesmo, também afetam o mercado doméstico. Assim, é importante que as linhas de apoio do Estado, relativas ao mercado nacional, sejam disponibilizadas o quanto antes para as empresas nacionais não percam competitividade e sejam extemporâneas, como o que aconteceu com a primeira linha de apoio à exportação. Neste contexto é, também, importante que este apoio estatal seja alargado a situações de não cobertura pelo mercado segurador privado."



BERTA CUNHA
Consultora
da MDS Portugal

"O último ano foi de enorme turbulência para as empresas e para as pessoas, numa dimensão nunca experienciada. A crise pandémica implicou um recuo do PIB mundial em torno de 3,5% e na zona euro de 7,2%. Em Portugal, apesar da redução ter sido menor do que se antecipava, a queda atingiu 7,6%, com grande impacto no setor do turismo e dos transportes. As empresas industriais, com destaque para as exportadoras, mostraram grande resiliência e flexibilidade. Muitas empresas conseguiram, com grande esforço, adaptar-se e encontrar soluções inovadoras para proteger e desenvolver os seus negócios. As medidas de apoio governamentais, quer em Portugal quer na generalidade dos países, contribuíram fortemente para minimizar o impacto negativo da pandemia e injetar liquidez na economia. Esta atuação permitiu que o nível de insolvências em Portugal e no mundo não tenha sido tão elevado quanto se antecipava, face à dimensão da crise que estamos a viver. E sem dúvida que o seguro de crédito é hoje ainda mais indispensável. O enquadramento económico atual é mais exigente e as empresas têm de cobrir os seus riscos para assegurar a continuidade do negócio. O risco de crédito é um dos mais relevantes, porque permite acautelar a tesouraria e potenciar o crescimento das vendas, fatores críticos da gestão das empresas neste período de crise. Apesar de se antecipar uma recuperação em 2021, com um crescimento do PIB e do comércio mundial de 5,5% e de 7%, respetivamente, prevê-se também que sejam revistas ou descontinuadas algumas das medidas governamentais de apoio. Isso poderá ter um impacto muito forte nas empresas financeiramente mais frágeis e levar a um aumento do incumprimento de crédito e das insolvências. A assimetria destes impactos só pode ser devidamente acautelada através da rigorosa monitorização do risco, associada ao seguro de crédito. Em 2020 as exportações portuguesas de bens reduziram 10,2%, muito influenciadas pela queda acentuada no 2º trimestre. Os indicadores económicos são muito afetados pelas medidas de confinamento dos países, sobretudo da Europa, mas assim que as medidas são retiradas a procura tem reagido positivamente, de forma muito rápida. Se a Europa tiver sucesso no plano de vacinação em curso e não sofrermos reveses decorrentes de novas variantes do Covid-19, a recuperação da procura e do crescimento económico deverá acontecer em 2021, como previsto.

Um dos grandes impactos sentidos pela pandemia foi a instabilidade das cadeias de abastecimento. As empresas tiveram de passar a dispor de alternativas de fornecimento, por vezes sacrificando a eficiência em termos

de custos, mas assegurando a resiliência do seu processo produtivo. Este movimento poderá ser uma oportunidade para algumas empresas portuguesas que possam vir a ser uma alternativa nessas cadeias de fornecimento.

Os apoios públicos têm sido muito importantes porque têm permitido manter os níveis de cobertura do risco de crédito. O aumento do risco das empresas conduz a uma atuação mais restritiva das seguradoras na atribuição de plafonds de crédito, sendo que os apoios públicos permitem minimizar este impacto. A generalidade dos países renovou os apoios em 2021, ainda que, a confirmarem-se as expectativas de recuperação global das economias, será normal antecipar que estes apoios venham a ser revisados ou descontinuados. Portugal também renovou estes apoios até junho de 2021, tendo melhorado algumas condições, nomeadamente o reforço das coberturas com uma maior assunção de risco por parte do Estado."



DIOGO TEIXEIRA
Credit Insurance
Manager da Aon Portugal

"Hoje o seguro de crédito é crítico e determinante para as empresas em geral. Vivemos num mundo VICA (VUCA em inglês) volátil (Volatility), incerto (uncertainty), complexo (complexity) e ambíguo (ambiguity) nas diversas situações face ao período pandémico em que vivemos. Trata-se de uma ferramenta de apoio à gestão fulcral, que permite às empresas gerir de uma forma mais eficaz os seus negócios. Em todas as suas componentes, tem uma resposta para cada um dos desafios (informação sobre novos clientes e novos mercados, monitorização dos riscos, acesso ao mercado de financiamento mais competitivo, recuperação dos créditos, e, por último, indemnização em caso de incumprimento dos seus clientes). Por outro lado, os apoios públicos ao seguro de crédito são muito relevantes nos períodos de crise face às políticas de subscrição de risco mais restritivas por parte das seguradoras de crédito e respetivos resseguradores. O primeiro apoio tinha custos muito elevados, em média quatro vezes mais do que as empresas estavam a pagar pelas suas apólices de seguro de crédito. A sua renovação teve uma revisão substancial no preço, o que irá trazer mais subscritores a estas linhas de apoio. Na prática, estes são apoios de extrema importância, pois permitem às empresas aumentar as suas vendas, uma vez que vêm os seus riscos de crédito mitigados. Estamos a falar de um apoio direto à economia."

ANÁLISE

Pandemia condiciona todas as economias

No ano de 2020 viveu-se a recessão mais profunda após a II Guerra Mundial. E em 2021? Países baseados nos serviços vão levar mais tempo a recuperar.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

A Europa irá recuperar em 2021 abaixo das perdas registadas em 2020, de acordo com o mais recente relatório do segurador Coface. No entanto, essa mesma recuperação será desigual, segundo a mesma fonte.

As 15 economias cuja recuperação se espera mais rápida situam-se todas na Ásia e em África e em contraste as 15 economias mais débeis estão na América Latina. Por outro lado, a recuperação está ligada à especialização sectorial, sendo que na Europa onde as economias estão viradas para os serviços o impacto da pandemia foi mais forte. Na Alemanha é esperada uma recuperação do PIB da ordem dos 3,5% em 2021, contra um crescimento negativo de 5% em 2020. Esta economia é, no entanto, uma das mais beneficiadas na Europa pois a indústria automóvel vai aproveitar a recuperação chinesa. O crescimento da economia francesa vai basear-se no consumo interno e espera-se uma sub-

da de 5,4% depois de um desempenho negativo da ordem do 8,3% no ano passado. Espanha e Grécia estão no lote de países com uma recuperação mais lenta, e a situação de Portugal é idêntica, e isso deve-se ao facto do turismo ter uma relevância grande no Produto.

Diz Berta Cunha, da *broker* MDS, que “o impacto da crise não é uniforme, nem em termos geográficos nem setoriais. Por isso, só as empresas que dispõem de um seguro de crédito têm acesso a um conhecimento rigoroso do risco dos seus clientes atuais e potenciais, para além da proteção financeira em

caso de incumprimento. As perspectivas de crescimento para 2021 são mais acentuadas nos países emergentes (6,3%) do que nas economias desenvolvidas (4,3%) pelo que as empresas exportadoras têm de estar atentas às oportunidades que possam surgir nos vários mercados, as quais podem ser potenciadas pela utilização adequada das informações fornecidas pelo seguro de crédito. Por outro lado, o tema do Brexit continua relevante. Diz que “o Reino Unido tem um peso muito relevante nas exportações nacionais, pelo que o Brexit terá sempre um impacto importante para Portugal, ainda que minimizado por ter sido alcançado um acordo quanto às regras de saída. O longo período de negociações também possibilitou às empresas ajustar o seu negócio, adotar medidas para reduzir o impacto adverso deste novo enquadramento comercial e, sempre que possível, viabilizar a manutenção das relações comerciais com o Reino Unido. José Monteiro do segurador Coface adianta que “neste momento é ainda um pouco difícil fazer previsões, mas temos de estar

A economia portuguesa será, sem dúvida, uma das economias europeias mais impactada pelo acordo com o Reino Unido



Shutterstock

conscientes da mudança ocorrida, devendo valorizar-se uma estratégia diversificada no relacionamento económico com o Reino Unido. Seja através de ações que contribuam para diversificar os sectores mais expostos a este mercado, seja através da identificação de oportunidades noutros mercados externos que possam, de alguma forma, substituir o papel até então desempenhado pelo mercado anglo-saxónico. A política externa, assumida pela diplomacia portuguesa, terá aqui um papel fundamental, no que respeita aos acordos que possam ser estabelecidos entre as partes. Há sectores que naturalmente estão

mais expostos, como o turismo por exemplo, uma vez que o Reino Unido é o 4º principal destino das exportações portuguesas de bens e o primeiro destino das exportações portuguesas, no que diz respeito aos serviços. Ou seja, a economia portuguesa será, sem dúvida, uma das economias europeias mais impactada pelo acordo. Na mesma linha está Teresa Ribeiro, da *broker* Marsh, e que afirma que “apesar do acordo alcançado entre a União Europeia e o Reino Unido, que entrou em vigor a 01-01-2021, o mesmo não evita novos custos e burocracias para empresas nacionais que negociem com o Reino Unido”. ●

OPINIÃO

É fundamental mais flexibilização



CRISTINA ROGADO

Associada Sénior
da CMS Rui Pena & Arnaut

A situação pandémica que vivemos trouxe grandes desafios e dificuldades para as empresas, que se viram confrontadas com graves problemas de falta de liquidez e um acréscimo dos riscos financeiros. Paralelamente, verificou-se uma redução da atividade das seguradoras no mercado de créditos à exportação de curto prazo e uma consequente insuficiência na obtenção de cober-

turas para riscos à exportação por parte das empresas.

Após consulta pública para avaliar a capacidade do sector privado do seguro e do resseguro de crédito para cobrir as exportações para os países com riscos negociáveis (isto é, riscos comerciais e políticos com uma duração máxima inferior a 2 anos), a Comissão Europeia adotou em março de 2020 um quadro temporário de medidas de auxílio estatal para apoiar a economia da União Europeia, permitindo provisoriamente a contratação de seguro de crédito à exportação com garantia do Estado em operações de curto prazo com países da OCDE constantes da lista dos países com riscos negociáveis.

Os principais parceiros comerciais das empresas portuguesas encontram-se nestes países, o que le-

vou a que em maio passado o Governo português tenha aprovado a “Facilidade Curto Prazo OCDE 2020”, autorizando Garantias de Estado para operações de exportação a curto prazo contratadas com várias seguradoras até ao limite máximo garantido de 750 milhões de euros, abrangendo riscos comerciais, tais como a insolvência ou o não pagamento, para créditos constituídos até 31 de dezembro de 2020 e desde que as ameaças de sinistro/incumprimentos tenham sido comunicados até 31 de Outubro de 2021.

A manutenção da atual crise pandémica e a necessidade das seguradoras e das empresas portuguesas de beneficiarem de medidas adicionais excepcionais, levou o Governo a prorrogar estas medidas tal como se previa.

Foram, assim, introduzidas alterações à referida Facilidade em janeiro passado, redenominando-a de «Exportação Segura 2021», com vista manter o apoio à normalização das trocas comerciais externas.

Procedeu-se a uma extensão do prazo das operações elegíveis para créditos constituídos até 30 de junho de 2021, com as ameaças de sinistro/incumprimentos comunicados às seguradoras até 30 de abril de 2022.

Foram igualmente alargados os países abrangidos, incluindo países constantes da lista de risco país da OCDE, desde que no momento da concessão da garantia do Estado não sejam objeto de sanções internacionais.

No entanto, estão excluídas as operações de exportação cujos créditos resultem de contratos de ven-

da celebrados com um particular ou com uma sociedade que seja controlada pelo exportador.

Ponto assente é a necessidade das empresas beneficiárias de tais seguros comprovarem que têm a situação contributiva e fiscal regularizada à data da contratação do seguro de créditos com Garantia do Estado.

São estas medidas suficientes para fazer face às dificuldades que as empresas portuguesas exportadoras enfrentam? Acreditamos que não, tendo-se verificado já um recuo nas exportações portuguesas de bens em dezembro passado face ao ano anterior de acordo com dado do INE, pelo que o mais certo será a prorrogação das mesmas num espaço temporal mais alargado. É, como tal, fundamental flexibilizar ainda mais. ●